



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 729, DE 2022

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para prever a prioridade na oferta de vagas de creche para as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); a criação do Portal Nacional de Boas Práticas na Educação; programas direcionados ao envolvimento ativo da família; o monitoramento contínuo e periódico do progresso dos alunos na aprendizagem; os componentes obrigatórios da educação infantil; e requisitos para o ingresso na atividade docente.

AUTORIA: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*, para prever a prioridade na oferta de vagas de creche para as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico); a criação do Portal Nacional de Boas Práticas na Educação; programas direcionados ao envolvimento ativo da família; o monitoramento contínuo e periódico do progresso dos alunos na aprendizagem; os componentes obrigatórios da educação infantil; e requisitos para o ingresso na atividade docente.



SF/22070.82650-22

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 4º**

.....

Parágrafo único. A oferta e expansão de vagas nos estabelecimentos públicos da etapa da creche priorizará as famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e será gerenciada por meio de sistema centralizado de vagas mantido pelo Poder Público responsável.”
(NR)

“**Art. 9º**

.....

X – organizar, manter e difundir o Portal Nacional de Boas Práticas na Educação, o qual conterá:



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

a) banco de práticas e políticas públicas bem-sucedidas, de fácil reprodução, implantadas no âmbito dos sistemas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em especial aquelas voltadas à primeira infância;

b) banco de práticas didáticas e materiais de apoio instrucionais que possam ser utilizados pelos docentes na abordagem de conteúdos específicos nos quais os alunos demonstrem ter dificuldades;

c) as principais pesquisas científicas existentes sobre práticas e programas em matéria educacional, bem como sua síntese, redigida de maneira acessível ao público;

d) a avaliação da eficácia de políticas públicas e práticas educacionais;

e) dados e informações centralizadas sobre a educação brasileira, abrangendo inclusive os relacionados a pesquisas, exames e avaliações a cargo do Poder Público;

f) instrumentos de apoio aos educadores, gestores e formuladores de políticas públicas que desejem utilizar as descobertas científicas para informar suas decisões.

XI – desenvolver e implementar estratégias para:

a) comunicação e mídia, com a finalidade promover o engajamento das famílias no desenvolvimento infantil e na prevenção e gerenciamento de problemas sociais, emocionais ou comportamentais comuns; e

b) disponibilização de canais de atendimento gratuito que viabilizem consultas individuais por telefone ou pela *internet* com o objetivo de que sejam sanadas dúvidas e respondidas preocupações específicas sobre o comportamento e desenvolvimento infantil.

.....” (NR)

“Art. 11.

.....

VII – desenvolver programas direcionados ao envolvimento ativo da família no apoio à aprendizagem e desenvolvimento das crianças na primeira infância, abrangendo:

a) a redução dos conflitos parentais;



SF/22070.82650-22



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

b) o encorajamento à leitura e à comunicação com as crianças no ambiente familiar;

c) o treinamento das habilidades familiares, incluindo a numeracia adulta e a orientação no apoio à alfabetização;

d) programas intensivos voltados a famílias em situação de conflito ou vulnerabilidade, incluindo visitas domiciliares.

.....” (NR)

“Art. 24.

.....

V –

.....

f) monitoramento contínuo e periódico do progresso na aprendizagem da leitura e da escrita em língua portuguesa, com intervenções baseadas em evidências científicas para os casos de baixo rendimento na aquisição dessas competências e habilidades, agrupando-se os alunos conforme os seguintes níveis, de acordo com avaliação diagnóstica:

1. alunos com desempenho acadêmico adequado, aos quais poderão ser oferecidas atividades de enriquecimento curricular;

2. alunos sob risco moderado de não alcançarem o desempenho acadêmico adequado, os quais deverão receber instrução suplementar intensiva, explícita, sistemática e em grupos reduzidos, observando-se o disposto no inciso II do art. 31-A desta Lei caso sejam verificadas dificuldades no processo de alfabetização; e

3. alunos com elevado risco de não alcançarem o desempenho acadêmico adequado, os quais deverão receber, sempre que possível, instrução personalizada com abordagem multidisciplinar, adaptada às suas dificuldades.

.....” (NR)

“Art. 31-A. São componentes obrigatórios nos anos finais da educação infantil, a serem desenvolvidos, sempre que possível, de forma lúdica e com ampla participação das crianças:





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

I – as atividades de desenvolvimento das habilidades socioemocionais e físicas, incorporando a curiosidade e a exploração inatas das crianças no ambiente formal de aprendizagem;

II – as atividades de pré-alfabetização, abrangendo, necessariamente, o desenvolvimento das consciências fonológica e fonêmica, a instrução fônica explícita e sistemática e o contato gradual com diferentes tipos e funções textuais, seus contextos e usos sociais; e

III – o desenvolvimento progressivo do raciocínio numérico, nos níveis concreto, pictórico e abstrato, com a utilização de exemplos e contextos variados para representação dos conceitos ensinados.”

“**Art. 62.**

§ 6º A nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes será de:

I – 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima possível partir do ano de 2030;

II – 55% (cinquenta e cinco por cento) da pontuação máxima possível a partir do ano de 2035.

.....” (NR)

“**Art. 62-C.** O Ministério da Educação poderá estabelecer certificações em cursos sobre práticas educacionais baseadas em evidências científicas, que poderão ser computadas pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios como titulação nos concursos para ingresso na carreira docente das redes públicas de educação básica.”

“**Art. 66-A.** Os docentes da educação básica e infantil serão acompanhados, durante o estágio probatório, por docentes mentores, escolhidos dentre aqueles cujas turmas possuam os melhores resultados da rede de ensino, conforme avaliação de rendimento escolar das turmas.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 2 (dois) anos da data de sua publicação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

JUSTIFICAÇÃO

Já se tornou célebre a conclusão do prêmio Nobel de Economia James J. Heckman de que o investimento em recursos educacionais e no desenvolvimento das crianças de famílias desfavorecidas é uma das melhores escolhas que uma sociedade pode fazer, alcançando-se, em alguns casos, taxas de retorno bastante expressivas, superiores a 10% ao ano ao longo da vida do indivíduo¹. Caso sejam bem estruturados, os programas de intervenção na primeira infância têm resultados que acompanham o ser humano durante toda a vida, com reflexos positivos para a sociedade, abrangendo, entre outros, maior renda, maior probabilidade de obtenção e manutenção de vínculo empregatício, menores índices de gravidez na adolescência e menores taxas de criminalidade. Dessa forma, resultam numa força de trabalho mais produtiva e qualificada².

Nesse sentido, é necessário aperfeiçoar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a fim de que cumpra, com maior efetividade, o seu papel de induzir a qualidade na educação infantil, na pré-escola e nas séries iniciais do ensino fundamental dos entes federados. No Brasil, a lei nacional pode cumprir papel primordial ao traçar diretrizes vinculantes à educação dos entes subnacionais e das entidades privadas (art. 22, XXIV, da Constituição Federal). Infelizmente, de maneira inversa a essa lógica, a LDB pouco uniformiza o padrão de qualidade da educação nessas etapas.

Com o intuito de corrigirmos essas omissões, este projeto altera a LDB, sanando alguns de seus problemas mais graves, ao tornar nacionais algumas políticas públicas bem-sucedidas no país ou internacionalmente.

A primeira modificação almejada consiste na priorização das famílias em situação de vulnerabilidade social na oferta e expansão de vagas

¹ HECKMAN, James J. *13% ROI Toolkit*. Disponível em: <https://heckmanequation.org/>. Acesso em 27.02.2022.

² Social Programs that Work. *Perry Preschool Project*. Disponível em: <https://evidencebasedprograms.org/programs/perry-preschool-project/>. Acesso em 25.02.2022.



SF/22070.82650-22



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

em creches, em alinhamento ao que sugerem os estudos empíricos³. No Brasil, essa já é uma prática exitosa adotada nos municípios de Londrina (PR) e São Paulo (SP), onde a demanda por vagas é controlada por meio de sistema que otimiza o atendimento às solicitações, permitindo também planejar a expansão da rede⁴.

A segunda alteração desejada é inserir, entre as atribuições dos Municípios, o desenvolvimento de programas voltados à melhoria da qualidade das interações entre pais e filhos. Nessa linha propomos a criação de programas direcionados à redução dos conflitos parentais, uma vez que as pesquisas apontam que a qualidade do relacionamento entre os pais, estejam eles morando juntos ou separados, tem influência direta na saúde mental de longo prazo e nas chances futuras de vida das crianças⁵. Na linha das evidências científicas, também propomos o desenvolvimento de atividades de engajamento familiar, como o encorajamento à leitura e à comunicação com os filhos no ambiente familiar, o treinamento de habilidades parentais e programas intensivos voltados a famílias em situação de conflito ou vulnerabilidade, incluindo visitas domiciliares⁶.

A terceira modificação pretendida consiste em definir, como papel da União, a organização, manutenção e difusão de bancos de informações contendo resultados de pesquisas científicas e boas práticas na seara educacional. Aqui, inspiramo-nos no papel exercido pela *What Works Network* britânica, que fornece aos formuladores de políticas públicas e aos

³ HECKMAN, James J. *The Case for Investing in Disadvantaged Young Children*. Disponível em: <https://heckmanequation.org/resource/the-case-for-investing-in-disadvantaged-young-children/>. Acesso em 27.02.2022.

⁴ Todos Pela Educação. *Acesso à creche: crianças vulneráveis em primeiro lugar (Redes e Desafios)*. Disponível em: <https://educacaoquedacerto.todospelaeducacao.org.br/redes-e-desafios/acesso-a-creche-criancas-vulneraveis-em-primeiro-lugar/>. Acesso em 26.02.2022.

⁵ POTE, Inês. *Help us help you: Developing an outcomes framework for addressing parental conflict*. Disponível em: <https://www.eif.org.uk/blog/help-us-help-you-developing-an-outcomes-framework-for-addressing-parental-conflict>. Acesso em 04.03.2022.

⁶ Education Endowment Foundation (UK). *Parental Engagement*. Disponível em: <https://educationendowmentfoundation.org.uk/education-evidence/early-years-toolkit/parental-engagement>. Acesso em 02.03.2022.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

gestores instrumentos para tomada de decisão com base nas melhores evidências disponíveis⁷.

A quarta alteração consiste em incorporar ao conjunto de competências da União algumas intervenções de menor intensidade, compreendendo estratégias de comunicação e mídia para o engajamento das famílias e soluções direcionadas a familiares que desejem informações e conselhos gerais simples, como por exemplo rotinas de dormir. Baseamos aqui, em parte, na experiência exemplar do Triplo-P (*Triple-P Parenting Programme*)⁸, em seus níveis 1 e 2, modelo desenvolvido na Universidade de Queensland e presente em 30 países.

A quinta mudança que desejamos é inserir na LDB os contornos gerais de um modelo de resposta à intervenção (*Response to Intervention Model, RTI*). Entendemos que nosso país se encontra preso a uma infrutífera discussão entre aqueles que advogam pelos modelos de progressão por série ou por ciclos⁹. É necessário qualificar o debate, retirando-o do reducionismo, pois o elemento central deve ser a existência de um programa estruturado de recuperação da aprendizagem. Para isso, alinhados com a experiência internacional, propomos a existência de alguns níveis (camadas ou *tiers*) além da sala de aula regular. Dessa forma, a título de exemplo, um aluno da 2ª série com dificuldades em leitura poderá ser deslocado para uma turma de um professor especialista em desenvolvimento da fluência leitora, a fim de que desenvolva as habilidades específicas de que precisa (ou o contrário, o professor especialista em leitura poderá deslocar-se à sala de aula do aluno, para atendê-lo)¹⁰. Na Colômbia, sessões estruturadas de tutoria de apenas 40 minutos, ocorridas três vezes por semana, tiveram excelentes efeitos em grupos de alunos a elas submetidos, demonstrando que é possível que o

⁷ GOV.UK (Cabinet Office). *Guidance (What Works Network)*. Disponível em: <https://www.gov.uk/guidance/what-works-network>. Acesso em: 28.02.2022.

⁸ What Works for Children's Social Care. *Triple-P Parenting Programme*. Disponível em: <https://whatworks-csc.org.uk/evidence/evidence-store/intervention/triple-p-parenting-programme/>. Acesso em 02.03.2022.

⁹ Vide interessante reflexão em AMORIM, Américo N. Progressão automática e exclusão oculta: duas das principais causas do baixo nível de aprendizado na alfabetização. *Revista Escola, Professor, Educação e Tecnologia*. v. 1 (2019): Desafios da Alfabetização no Brasil. Disponível em: <https://escribo.com/revista/index.php/escola/article/view/9>. Acesso em 01.03.2022.

¹⁰ SHAPIRO, Edward S. *Tiered Instruction and Intervention in a Response-to-Intervention Model*. Disponível em: <http://www.rtinetwork.org/essential/tieredinstruction/tiered-instruction-and-intervention-rti-model>. Acesso em 27.02.2022.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

modelo seja bastante eficaz mesmo se adotado em suas formas mais simples¹¹.

A sexta alteração implementada consiste em inserir na LDB alguns componentes mínimos que assegurem a qualidade uniforme da educação infantil no país, a saber: a) as atividades de desenvolvimento das habilidades socioemocionais e físicas, incorporando a curiosidade e a exploração inatas das crianças no ambiente formal de aprendizagem; b) o desenvolvimento de atividades de pré-alfabetização, envolvendo o desenvolvimento das consciências fonológica e fonêmica e a instrução fônica explícita e sistemática, além do contato da criança com diferentes tipos e funções textuais, seus contextos e usos sociais; e c) o desenvolvimento progressivo do raciocínio numérico da criança, nos níveis concreto, pictórico e abstrato.

Aqui trataremos do assunto com mais vagar, trazendo um pouco da fundamentação teórica das opções escolhidas.

Quanto ao primeiro componente da educação infantil que almejamos inserir na LDB, é de se reconhecer as inúmeras vantagens do desenvolvimento de características socioemocionais no indivíduo, como sociabilidade, atenção, empatia, regulação emocional, controle de impulsos, persistência e trabalho em equipe. Programas baseados em evidências científicas que desenvolvam habilidades socioemocionais na primeira infância podem contribuir, de maneira decisiva, para o futuro bem-estar do indivíduo¹², prevenindo problemas crônicos de saúde, incluindo depressão, ansiedade, obesidade, diabetes, doenças cardíacas e abuso de substâncias¹³.

¹¹ MARINELLI, Horacio Álvarez; BERLINKSI, Samuel; BUSSO, Matías. *Remedial Education: Evidence from a Sequence of Experiments in Colombia*. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/remedial-education-evidence-sequence-experiments-colombia>. Acesso em 28.02.2022

Vide também BURNS, Matthew K. *Response-to-Intervention Research: Is the Sum of the Parts as Great as the Whole?* Disponível em: <http://www.rtinetwork.org/learn/research/response-to-intervention-research-is-the-sum-of-the-parts-as-great-as-the-whole>. Acesso em 01.03.2022.

¹² National Center for Healthy, Safe Children. *Promoting Early Childhood Social and Emotional Learning and Development*. Disponível em: <https://healthysafekids.org/topics/1-promoting-early-childhood-social-and-emotional-learning-and-development>. Acesso em 26.02.2022.

¹³ BLEWITT, Claire; MORRIS, Heather; O'CONNOR, Amanda; et al. *Social and emotional learning in early childhood education and care: a public health perspective*. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1753-6405.13058>. Acesso em 28.02.2022.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

Quanto ao segundo componente da educação infantil, a instrução fônica e o contato com diferentes tipos e funções textuais são alguns dos elementos essenciais do ensino nas redes escolares que mais têm demonstrado sucesso na história recente do país, tais como os conhecidos exemplos de Sobral e Teresina.

Acerca do método fônico, Catherine Snow, professora e pesquisadora de Harvard, afirma que “há amplas evidências de que ensinar o som das letras é extremamente eficiente para a maioria das crianças, muito necessário para parte delas e prejudicial para nenhuma”. A pesquisadora assevera, ainda, que “além das explicações sobre os fonemas, as crianças precisam escutar histórias e escrever textos umas para as outras. Devem ser criadas oportunidades para trabalhar em grupo e para encontrar respostas para as próprias dúvidas”¹⁴. O método fônico, se trabalhado de forma lúdica na educação infantil (sem pressões ou monotonia, respeitando os saberes dos professores e o ritmo das crianças), permitirá que excelentes resultados sejam colhidos posteriormente.

De fato, no ano 2000, o *National Reading Panel* (NRP) dos Estados Unidos recomendou¹⁵, após extensa revisão de estudos, o ensino fonético para a alfabetização, bastando alguns poucos minutos diários¹⁶ de instrução para que as crianças sejam amplamente beneficiadas. Em 2011, a Academia Brasileira de Ciências publicou relatório com conclusões alinhadas às do NRP¹⁷. Além disso, em importante trabalho, Stanislas Dehaene¹⁸ ressalta a importância da instrução fônica, por haver uma região

¹⁴ Métodos de alfabetização: entenda a diferença entre o fônico, o global e os demais. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/08/16/metodos-de-alfabetizacao-entenda-a-diferenca-entre-o-fonico-o-global-e-os-demaais.ghtml>. Acesso em 25.02.2022.

¹⁵ National Reading Panel. *Teaching children to read: An Evidence-Based Assessment of the Scientific Research Literature on Reading and Its Implications for Reading Instructions*. Disponível em: <https://www.nichd.nih.gov/publications/pubs/nrp/report>. Acesso em 27.02.2022.

¹⁶ Para que haja bons resultados basta, por exemplo, que haja instrução fônica explícita por apenas 30 minutos diários. Nesse sentido vide SHANAHAN, Timothy. *How Much Phonics Should I Teach?* Disponível em: <https://www.shanahanonliteracy.com/blog/how-much-phonics-should-i-teach>. Acesso em 01.03.2022.

¹⁷ Academia Brasileira de Ciências. *Aprendizagem infantil: Uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*. Disponível em: <http://www.abc.org.br/IMG/pdf/doc-6821.pdf>. Acesso em 27.02.2022.

¹⁸ DEHAENE, Stanislas. *Os neurônios da leitura*. Trad. de Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

específica no cérebro a ser ativada, a qual é capaz de reconhecer a palavra escrita, analisar as cadeias de letras, descobrir suas combinações e, em seguida, associá-las aos sons e aos sentidos.

Em complemento a esse aspecto, como bem salienta a professora e pesquisadora Magda Soares, não basta tão somente desvendar o código alfabético. É preciso também conhecer e aprender os usos sociais do sistema alfabético: ler, interpretar e produzir textos¹⁹. Nas palavras da autora, “um conceito restrito de alfabetização que exclua os usos do sistema de escrita é insuficiente diante das muitas e variadas demandas de leitura e de escrita”. Desejamos, assim, inserir tal componente na educação infantil, a fim de que as crianças sejam introduzidas gradualmente (sempre respeitando a autonomia do professor e o desenvolvimento que é próprio da faixa etária trabalhada) às maravilhas dos usos e das funções da linguagem escrita.

Quanto ao terceiro componente da educação infantil, trata-se de concepção inspirada na “matemática de Singapura”, a qual ensina os conceitos matemáticos aos alunos em três estágios progressivos: “concreto”, “pictórico” e “abstrato”²⁰. O mencionado processo de aprendizagem fundamenta-se no trabalho do pioneiro da revolução cognitiva Jerome Bruner, tendo sido adaptado pelo governo de Singapura para o currículo de matemática do país desde a década de 1980. O país asiático tem se destacado em matemática desde suas primeiras participações no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) e no Estudo Tendências em Matemática e Ciências (TIMSS).

A “matemática de Singapura” também se ampara nos princípios da variabilidade matemática e perceptiva, desenvolvidos pelo educador húngaro Zoltán Dienes, segundo o qual é necessário que sejam utilizados diversos exemplos, contextos e representações a fim de que um conceito seja

¹⁹ SOARES, Magda. *Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e a escrever*. São Paulo: Contexto, 2020.

²⁰ Ministry of Education, Republic of Singapore. *Nurturing Early Learners: A Curriculum for Kindergartens in Singapore (Numeracy, vol. 6)*. Disponível em: <https://www.nel.moe.edu.sg/qqi/slot/u143/Resources/Downloadable/pdf/nel-guide/nel-edu-guide-numeracy.pdf>. Acesso em 25.02.2022.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

aprendido²¹. A forma como o método é trabalhado (com a progressão natural da apresentação dos conceitos) é uma das razões do sucesso do país insular.

A “matemática de Singapura” é, de igual modo, permeada pelo conceito da compreensão relacional (do psicólogo inglês Richard Skemp), segundo o qual a criança não apenas deve conhecer a regra ou algoritmo e reproduzi-lo mecanicamente, mas também deve ser capaz de explicar as razões pelas quais o algoritmo ou regra deve ser aplicado²².

Por fim, a sétima alteração que pretendemos realizar na LDB diz respeito ao aprimoramento da qualificação docente. Nossa intenção é aperfeiçoar o dispositivo que prevê nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes. Com nossas modificações tratamos de estabelecer quais serão os valores para as notas, evitando o vazio normativo decorrente da ausência de regulamentação do dispositivo. Ademais, prevemos ainda a possibilidade de que os entes reconheçam como titulação para ingresso na carreira docente a certificação em cursos sobre abordagens educacionais baseadas em evidências científicas.

O objetivo dessas alterações é promover, nos próximos anos, uma valorização da carreira docente, a qual é, indubitavelmente, um dos pilares de qualquer sociedade. Em Singapura, a exigência de qualificação é elevadíssima: apenas os 30% melhores alunos do Ensino Médio podem pleitear uma vaga na formação de professores²³, o que certamente contribui para a elevação da carreira. Também prevemos, nesta futura Lei, que os

²¹ TEIXEIRA, Ricardo C. *Ensino da Matemática: O Método de Singapura*. «Atlântico Expresso», 19 de outubro de 2015: p. 17. Disponível em: <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/3489>. Acesso em 01.03.2022.

²² *Idem*.

²³ HAMINE, Jacqueline; RATIER, Rodrigo. *A educação fez isto se transformar nisto*. Revista Nova Escola. Edição 299. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/8746/a-educacao-fez-isto-se-transformar-nisto>. Acesso em 01.03.2022.

Da mesma forma, na Malásia o governo prevê que a docência será uma profissão de prestígio, recrutando apenas os 30% mais bem graduados no país. Nesse sentido vide RUSKPOLLMUANG, Chanita. *Comparative and International Education Implications for the Policy and Practice of Teacher Education and the Teaching Profession*. In. WISEMAN, Alexandre W.; ANDERSON, Emily. *International Perspectives on Education and Society* (Volume 25). Annual Review of Comparative and International Education. Emerald, 2014. p. 80





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Rogério Carvalho

novos docentes tenham como mentores aqueles mais experientes e cujas turmas apresentem melhor desempenho²⁴.

Assim, havendo comprometimento com a aprendizagem das crianças, expectativas elevadas, confiança na sua capacidade de aprendizagem e desenvolvimento adequado dos componentes que pretendemos inserir na LDB por meio deste projeto, demonstrar-se-á algo que é cada vez mais claro: que toda criança pode (e deve) aprender a ler e a escrever, bem como ser plenamente capaz de entender e aplicar os conceitos numéricos.

Por essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos nobres pares para que possamos debater, aperfeiçoar e aprovar esta nossa iniciativa legislativa.

Sala das Sessões,

Senador ROGÉRIO CARVALHO

²⁴A mentoria é característica de alguns sistemas educacionais de sucesso, como o de Shanghai. Nesse sentido, vide SALLEH, Hairon; TAN, Charlene. *Novice Teachers Learning from Others: Mentoring in Shanghai Schools*. Australian Journal of Teacher Education, 38(3). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14221/ajte.2013v38n3.1>. Acesso em 02.03.2022.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
- Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro - 9394/96
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9394>